

SIMULADÃO PRESENCIAL



GUARDA MUNICIPAL



YOUTUBE

RESOLUÇÃO



**PREFEITURA DE
TAMANDARÉ-PE**



QUESTÃO 1

Durante a instrução de um inquérito policial que apurava a atuação de uma associação criminosa especializada em assaltos patrimoniais, o Ministério Público analisou a conduta dos indicados para fins de classificação dos delitos como hediondos ou comuns. Entre os fatos apurados, constatou-se que um dos alvos praticou roubo mantendo a vítima em seu poder e restringindo sua liberdade; outro efetuou o roubo empregando arma branca (faca); e um terceiro agiu mediante emprego de arma de fogo de uso permitido. Diante dessas nuances, a autoridade policial buscou delimitar com precisão quais modalidades de roubo possuem natureza hedionda. Com base exclusivamente no rol taxativo do Art. 1º, inciso II, da Lei federal nº 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que o roubo praticado mediante o emprego de arma branca (faca) ostenta a natureza de crime hediondo por se tratar de infração penal cometida com violência e grave ameaça à pessoa.
- B) Considerar que o roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima possui natureza de crime hediondo, enquadrando-se expressamente no rol da legislação aplicável.
- C) Considerar que o roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo configura crime hediondo apenas se o armamento utilizado for de uso proibido ou restrito, sendo delito comum quando a arma for de uso permitido.
- D) Considerar que o roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave deixou de ser considerado crime hediondo, restando tal classificação reservada exclusivamente para o resultado morte (latrocínio).
- E) Considerar que qualquer modalidade de roubo praticada em concurso de agentes constitui crime hediondo, independentemente da utilização de armas ou do cerceamento da liberdade da vítima.

QUESTÃO 2

Durante a apuração de crimes cibernéticos contra a vida e a integridade física de vulneráveis, uma delegacia especializada identificou duas condutas praticadas em grupos distintos: no primeiro caso, o investigado instigava e auxiliava adolescentes a praticarem automutilação por meio de conversas presenciais privadas (ambiente offline); no segundo caso, o investigado administrava uma comunidade em rede social e realizava transmissões em tempo real (live streaming) para induzir e instigar os participantes a cometerem suicídio e automutilação. Diante dessas premissas, a autoridade policial buscou a exata tipificação para identificar qual das condutas ostenta natureza hedionda.

Com base exclusivamente no Art. 1º, inciso X, da Lei federal nº 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que qualquer forma de induzimento ao suicídio constitui crime hediondo, independentemente do meio empregado (se presencial ou virtual), em razão da indisponibilidade do bem jurídico vida.
- B) Considerar que apenas o induzimento que resulta na efetiva morte da vítima é considerado crime hediondo, sendo atípica a hediondez quando a conduta envolve unicamente a automutilação.
- C) Considerar que a conduta praticada por meio de rede social ou transmitida em tempo real possui natureza de crime hediondo, enquadrando-se expressamente no rol taxativo da legislação especial.

- D) Considerar que a transmissão em tempo real afasta a caracterização de crime hediondo, por constituir mera causa de aumento de pena prevista exclusivamente no Código Penal.
- E) Considerar que o enquadramento no rol dos crimes hediondos exige que o induzimento à automutilação seja praticado presencialmente, sendo os crimes cibernéticos regidos por legislação ordinária comum.

QUESTÃO 3

Durante a instrução de um procedimento investigativo deflagrado para reprimir o crime organizado, a autoridade policial analisou a conduta de três alvos distintos: o primeiro foi preso em flagrante trazendo consigo uma pistola de uso restrito; o segundo operava uma rede clandestina de comércio ilegal de armas de fogo de uso permitido; e o terceiro foi flagrado realizando o tráfico internacional exclusivamente de munições e acessórios. Diante dessas variantes, a equipe jurídica da delegacia foi instada a emitir parecer definindo quais dessas condutas integram o rol dos crimes hediondos.

Com base exclusivamente no Art. 1º, parágrafo único, incisos II, III e IV, da Lei federal nº 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a posse ou porte de arma de fogo de uso restrito ostenta natureza de crime hediondo, enquadrando-se na mesma hipótese legal das armas de uso proibido.
- B) Considerar que o comércio ilegal de armas de fogo configura crime hediondo apenas quando os armamentos comercializados forem de uso proibido ou restrito.
- C) Considerar que o tráfico internacional abrange unicamente armas de fogo montadas, constituindo delito comum a conduta que envolve o tráfico de acessórios ou munições.
- D) Considerar que o comércio ilegal e o tráfico internacional de arma de fogo, acessório ou munição constituem crimes hediondos, enquanto na posse ou porte ilegal a hediondez restringe-se às armas de uso proibido.
- E) Considerar que a tipificação de crime hediondo nos delitos do Estatuto do Desarmamento exige obrigatoriamente a comprovação de que o armamento foi empregado em crime contra a vida.

QUESTÃO 4

Durante o cumprimento de um mandado de busca e apreensão na sede de uma empresa privada, policiais civis localizaram, dentro do escritório do proprietário, uma arma de fogo de uso permitido e munições não registradas. Restou comprovado que o investigado é o titular e responsável legal exclusivo do estabelecimento. Em sua defesa, o empresário alegou a atipicidade da conduta, argumentando que o dispositivo legal do artigo 12 depende de regulamentos administrativos infralegais para conceituar o que é "uso permitido", e sustentou ainda que a arma não estava em sua residência. A autoridade policial, contudo, manteve o indiciamento, destacando a natureza da conduta delimitada aos espaços privados (espaço intramuros) e a classificação do tipo quanto à sua complementação normativa.

Com base exclusivamente no Art. 12 da Lei federal nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e na doutrina penal aplicável, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a conduta configura o delito de porte ilegal de arma de fogo, uma vez que o conceito de posse restringe-se exclusivamente ao interior do domicílio residencial do agente.
- B) Considerar que a norma do art. 12 constitui norma penal em branco, estando configurado o crime de posse irregular (delito de natureza intramuros), apenado com detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.
- C) Considerar que qualquer funcionário do estabelecimento pode responder pelo delito do art. 12 na qualidade de possuidor, independentemente de exercer a chefia ou a responsabilidade legal da empresa.



- D) Considerar que a exigência de complementação normativa por atos infralegais para definir o conceito de "uso permitido" retira a eficácia do tipo penal, tornando a conduta atípica até a edição de lei formal complementar.
- E) Considerar que a pena base abstratamente cominada para a posse irregular de arma de fogo de uso permitido no local de trabalho do responsável legal é de reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

QUESTÃO 5

Durante uma fiscalização de rotina em uma rodovia federal, policiais abordaram um veículo e localizaram, no interior do porta-malas, uma munição e uma arma de fogo de uso restrito, devidamente municiada e transportada sem autorização legal. Ao consultarem os sistemas informatizados de segurança pública, os agentes verificaram que o condutor ostentava uma condenação criminal anterior transitada em julgado especificamente pela prática do delito de porte ilegal de arma de fogo (reincidência específica em crimes do Estatuto do Desarmamento). Em sede de lavratura do flagrante, surgiram dúvidas operacionais sobre o enquadramento do verbo "transportar", a espécie de pena privativa de liberdade cominada e o percentual exato da causa de aumento decorrente da reincidência específica.

Com base exclusivamente nos Arts. 16 e 20, inciso II, da Lei federal nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a conduta de transportar arma ou munição de uso restrito não preenche o tipo do art. 16, uma vez que o dispositivo restringe a punição às condutas de posse ou porte físico junto ao corpo.
- B) Considerar que a pena base abstratamente cominada ao crime do art. 16 é de detenção, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.
- C) Considerar que a conduta configura o crime do art. 16, apenado com reclusão de 3 a 6 anos e multa, devendo a pena ser aumentada da metade pelo fato de o agente ser reincidente específico em crimes dessa natureza.
- D) Considerar que a causa de aumento pela reincidência específica incide em qualquer modalidade de reincidência genérica, devendo a pena ser elevada no patamar fixo de 1/3 (um terço).
- E) Considerar que a majorante decorrente da reincidência específica prevista no art. 20 aplica-se exclusivamente aos delitos de comércio ilegal e tráfico internacional de armas (arts. 17 e 18), excluindo-se o art. 16.

QUESTÃO 6

Com base exclusivamente no Art. 10 da legislação aplicável (Estatuto Geral das Guardas Municipais), assinale a alternativa CORRETA sobre os requisitos básicos para a investidura no cargo público de guarda municipal.

- A) Considerar que o ingresso no cargo exige o nível superior completo de escolaridade.
- B) Considerar que a lei federal fixou a idade mínima de 21 (vinte e um) anos para a investidura.
- C) Considerar que constituem requisitos básicos, entre outros, o nível médio completo de escolaridade e a idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- D) Considerar que a idoneidade moral será comprovada exclusivamente mediante certidões do Poder Judiciário, dispensando-se a fase de investigação social.
- E) Considerar que é terminantemente vedado à lei municipal estabelecer outros requisitos além daqueles já elencados de forma exaustiva pela lei federal.

QUESTÃO 7

Acerca do funcionamento, do controle e do regulamento disciplinar das guardas municipais, com base exclusivamente nos ditames dos Arts. 13 e 14 do Estatuto, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a criação de corregedoria (controle interno) é obrigatória para todas as guardas municipais, independentemente do número de servidores ou do uso de armas de fogo.

- B) Considerar que as guardas municipais, por integrarem o sistema de segurança pública, poderão ficar sujeitas a regulamentos disciplinares de natureza militar.
- C) Considerar que a perda do mandato dos corregedores e ouvidores será decidida por maioria simples do Chefe do Poder Executivo municipal.
- D) Considerar que o controle interno será exercido por corregedoria naquelas guardas com efetivo superior a 50 (cinquenta) servidores e em todas as que utilizam arma de fogo.
- E) Considerar que o controle externo, exercido por ouvidoria, será instituído apenas nas guardas municipais que possuírem efetivo superior a 100 (cem) servidores.

QUESTÃO 8

Com base exclusivamente no Art. 5º da Lei federal nº 13.675/2018, que institui a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a PNSPDS veda expressamente a participação e colaboração do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública na elaboração de suas estratégias e metas.
- B) Considerar que constituem diretrizes da PNSPDS o atendimento imediato ao cidadão e a ênfase nas ações de policiamento de proximidade, com foco na resolução de problemas.
- C) Considerar que o compartilhamento de informações de segurança pública, prisionais e sobre drogas deve ser mantido sob sigilo restrito, sendo vedada a sua sistematização em âmbito nacional.
- D) Considerar que o fortalecimento das ações de prevenção deve priorizar o aumento do uso da força letal em detrimento de políticas de redução da violência contra grupos vulneráveis.
- E) Considerar que a legislação proíbe o fomento de políticas públicas voltadas à reinserção social de egressos do sistema prisional.

QUESTÃO 9

Com base exclusivamente no Art. 10 da Lei federal nº 13.675/2018, que disciplina o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que é vedado o compartilhamento de informações com o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), devendo a troca de dados limitar-se ao âmbito do órgão de origem.
- B) Considerar que a integração e a coordenação dos órgãos do Susp dar-se-ão por meio da aceitação mútua de registro de ocorrência policial e do compartilhamento de informações, inclusive com o Sisbin.
- C) Considerar que a lei proíbe a realização de operações com planejamento e execução integrados para evitar o conflito de atribuições entre as instituições.
- D) Considerar que o registro de ocorrência policial efetuado por um órgão integrante do sistema não poderá ter aceitação mútua pelos demais órgãos parceiros.
- E) Considerar que a integração de dados de segurança pública deverá ser realizada exclusivamente em sistemas estaduais isolados, sendo vedada a utilização do Sinesp.

QUESTÃO 10

Durante a deflagração da Operação "Conexão Clandestina", a Polícia Civil desarticulou uma célula criminoso formada por apenas dois indivíduos que, de forma estável, permanente e com clara divisão de tarefas, atuavam na gestão do tráfico de entorpecentes e no armazenamento de maquinários para o preparo das substâncias. Além da apreensão das drogas comercializadas no momento do flagrante, interceptações telefônicas comprovaram o animus associativo e a estruturação corporativa do grupo por meses.

Na fase processual, a defesa alegou que a conduta demandava no mínimo três agentes, sustentou que o crime de associação seria absorvido pelo tráfico consumado e argumentou que a conduta ostentaria natureza hedionda para fins de progressão de regime.



Com base na literalidade do Art. 35 da Lei federal nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), no entendimento da doutrina e na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a caracterização do delito de associação para o tráfico exige a união de, no mínimo, três pessoas, aplicando-se cumulativamente o requisito numérico previsto para o crime de associação criminosa do Código Penal.
- B) Considerar que o delito de associação para o tráfico (art. 35) é absorvido pelo crime de tráfico de drogas (art. 33) quando este efetivamente se consuma, em atenção ao princípio da consunção.
- C) Considerar que a conduta de associação para o tráfico possui natureza de crime hediondo por equiparação, submetendo o condenado aos lapsos temporais mais rigorosos para fins de progressão de regime prisional.
- D) Considerar que a caracterização do tipo exige a união estável e permanente de no mínimo dois agentes, constituindo crime autônomo e de perigo abstrato, de natureza não hedionda, aplicável em concurso material com o tráfico de drogas.
- E) Considerar que a simples coautoria ocasional e eventual de dois indivíduos na prática de um ato isolado de comércio de entorpecentes é suficiente para a configuração do crime de associação para o tráfico.

QUESTÃO 11

Durante uma investigação sobre o tráfico de entorpecentes em uma região metropolitana, a autoridade policial analisou a conduta de quatro alvos para fins de aplicação das causas de aumento de pena (majorantes):

- 1. O primeiro investigado comercializava drogas nas imediações de um presídio em horário de visitas, sem ter chegado a adentrar o estabelecimento prisional;
- 2. O segundo vendia entorpecentes nas proximidades de um templo religioso (igreja);
- 3. O terceiro atuava na madrugada de um domingo, em frente a uma escola que se encontrava totalmente fechada e sem alunos;
- 4. O quarto praticava o comércio ilícito em frente a um colégio em pleno horário de saída dos estudantes, alegando em sua defesa que não tinha a intenção de vender drogas aos alunos, mas apenas aos adultos que transitavam pelo local.

Com base na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) e na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a majorante do local incide na conduta do segundo investigado, tendo em vista que a jurisprudência do STJ equipara os templos religiosos às entidades culturais e sociais descritas na lei.
- B) Considerar que incide a causa de aumento de pena em relação ao terceiro investigado, pois a proximidade física com o estabelecimento de ensino é critério absoluto e objetivo, sendo irrelevante o dia ou horário de funcionamento da escola.
- C) Considerar que a majorante do local afasta-se em relação ao primeiro investigado, haja vista a exigência jurisprudencial de que o entorpecente efetivamente adentre o estabelecimento prisional para a incidência do aumento.
- D) Considerar que a majorante do local incide na conduta do quarto investigado, sendo desnecessária a comprovação da intenção de atingir especificamente os estudantes, bastando a prática do crime nas imediações da escola em contexto que facilite a disseminação da droga.
- E) Considerar que a causa de aumento de pena do Art. 40, inciso III, possui rol exemplificativo, autorizando o julgador a estender a majorante a locais de culto religioso com base no princípio do interesse público.

QUESTÃO 12

Durante uma fiscalização de rotina da Polícia Federal em um aeroporto internacional, os agentes apreenderam cinco quilos de cocaína ocultos no fundo falso da mala de um passageiro que prestava depoimento no balcão de check-in, prestes a embarcar em um voo com destino à Europa. O investigado foi preso em flagrante no pátio do aeroporto, antes de adentrar a aeronave ou transpor a linha divisória do território nacional. Em sua defesa prévia, o advogado sustentou a inaplicabilidade da causa de aumento de pena decorrente da transnacionalidade (Art. 40, I, da Lei de Drogas), alegando que o entorpecente jamais saiu do Brasil e que a transposição física da fronteira seria requisito indispensável para a incidência do aumento.

Com base na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) e na Súmula 607 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a majorante da transnacionalidade exige a efetiva saída do entorpecente do território nacional, devendo o agente responder por tráfico simples caso a prisão ocorra antes da decolagem.
- B) Considerar que a incidência do aumento de pena pela transnacionalidade depende da colaboração formal da polícia estrangeira do país de destino, atestando que a droga chegaria ao seu território.
- C) Considerar que a causa de aumento do tráfico transnacional configura-se com a prova da destinação internacional das drogas, ainda que não seja consumada a transposição de fronteiras.
- D) Considerar que a apreensão do entorpecente ainda em solo nacional descaracteriza a competência da Justiça Federal, devendo o feito ser remetido à Justiça Estadual competente.
- E) Considerar que a mera intenção de transporte para o exterior constitui fato atípico em relação à majorante, aplicando-se o aumento apenas se o agente for interceptado no espaço aéreo internacional.



QUESTÃO 13

Durante a análise de procedimentos investigativos em uma Delegacia de Defesa da Mulher, a equipe jurídica avaliou o caso de um indivíduo que, no contexto de violência doméstica e familiar, submeteu sua companheira, reiteradamente, a intenso sofrimento físico. O exame de corpo de delito confirmou que, em decorrência exclusiva dessas agressões contínuas, a vítima sofreu lesão corporal de natureza grave. Durante o debate sobre o correto enquadramento penal, a autoridade policial determinou que a tipificação observasse estritamente os ditames da lei federal específica, as penas cominadas para a modalidade qualificada e a natureza doutrinária do resultado agravador.

Com base exclusivamente na Lei federal nº 9.455/1997 e na doutrina penal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a conduta configura o crime de tortura qualificada, sujeita à pena de reclusão de oito a dezesseis anos em razão do resultado lesão grave.
- B) Considerar que a aplicação da lei de tortura afasta, por expressa determinação legal, a responsabilização do agente por outras infrações penais decorrentes do mesmo fato.
- C) Considerar que a qualificadora do resultado exige a comprovação inequívoca de dolo, direto ou eventual, tanto na conduta antecedente quanto no resultado lesão grave.
- D) Considerar que a conduta tipifica tortura qualificada, com pena de reclusão de quatro a dez anos, constituindo autêntico crime preterdoloso em relação ao resultado agravador.



- E) Considerar que o enquadramento na referida modalidade exige a comprovação cumulativa de que a vítima foi submetida a intenso sofrimento físico e mental.

QUESTÃO 14

Durante a execução de ações de fiscalização de medidas protetivas de urgência, uma equipe de segurança pública conduziu à Central de Flagrantes um indivíduo que descumpriu dolosamente a ordem judicial de se manter afastado da vítima. Constatou-se que o infrator não apenas adentrou a área de exclusão demarcada, como também violou o dispositivo de monitoramento eletrônico (tornozeleira) para tentar burlar o rastreamento. Diante da lavratura da prisão em flagrante, surgiram controvérsias jurídicas no plantão quanto à possibilidade de arbitramento de fiança pelo Delegado de Polícia, à natureza da competência do juízo prolator da medida, à sanção cominada e à incidência de majorantes. Com base exclusivamente no disposto na Lei federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e em suas alterações normativas, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a autoridade policial poderá conceder fiança ao autuado em flagrante, tendo em vista que a fiança é direito subjetivo garantido na fase inquisitorial para crimes de média gravidade.
- B) Considerar que a configuração do crime de descumprimento de medida protetiva de urgência exige necessariamente que a decisão descumprida tenha sido proferida por juízo com competência exclusivamente criminal.
- C) Considerar que a pena abstratamente cominada ao delito é de reclusão, de 2 a 5 anos, e multa, devendo ser aumentada de 1/3 até a metade em razão do descumprimento envolver a violação do dispositivo de monitoração eletrônica.
- D) Considerar que a instauração da ação penal pelo descumprimento da medida protetiva exclui a possibilidade de aplicação simultânea de outras sanções civis ou processuais cabíveis.
- E) Considerar que a sanção penal prevista para a conduta simples é de detenção, de 3 meses a 2 anos, sendo vedada a incidência de causas de aumento pelo uso de monitoramento eletrônico.

QUESTÃO 15

Durante o atendimento em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher, uma vítima em situação de vulnerabilidade relatou sofrer ameaças constantes de seu ex-companheiro. Por medo de represálias imediatas, ela manifestou o desejo de solicitar proteção judicial urgente, mas recusou-se, naquele primeiro momento, a registrar o boletim de ocorrência formal na delegacia ou a iniciar uma ação penal. A equipe técnica do centro de acolhimento colheu as alegações escritas da ofendida e encaminhou o pleito ao Poder Judiciário. Ao receber o pedido, a assessoria jurídica do magistrado iniciou a análise sobre a viabilidade legal de deferir as medidas de imediato, sem oitiva prévia do suposto agressor, sem manifestação prévia do Ministério Público e sem a existência de inquérito policial instaurado. Com base exclusivamente no disposto no Art. 19 da Lei federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a concessão de medidas protetivas de urgência de forma imediata é válida, mas exige obrigatoriamente a manifestação prévia do Ministério Público para garantir a legalidade do ato.
- B) Considerar que o magistrado deverá indeferir o pedido inicial, uma vez que a concessão das medidas protetivas está condicionada, no mínimo, ao registro formal de boletim de ocorrência pela ofendida.
- C) Considerar que o prazo de vigência das medidas protetivas de urgência concedidas será de até cento e oitenta dias, após o qual serão revogadas automaticamente se não houver o início da ação penal.
- D) Considerar que as medidas protetivas serão concedidas em juízo de cognição sumária a partir das alegações escritas da ofendida, independentemente da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.

- E) Considerar que, para resguardar a segurança jurídica, as medidas protetivas deferidas deverão ser aplicadas de forma isolada, sendo vedada a cumulação de sanções na mesma decisão interlocutória.

QUESTÃO 16

Durante um procedimento de correição extraordinária no âmbito da administração pública, a Corregedoria avaliou a conduta de um indivíduo que, agindo a pretexto de exercer função pública, realizou um ato administrativo construtivo. O relatório conclusivo do órgão fiscalizador demonstrou que o agente não possuía a intenção de prejudicar o administrado, tampouco buscou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, e não agiu motivado por mero capricho ou satisfação pessoal. Restou comprovado que o ato foi fundamentado exclusivamente em uma interpretação minoritária, porém idônea, da legislação processual vigente, bem como em uma avaliação particular das provas colhidas.

Com base exclusivamente no Art. 1º da Lei federal nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a aplicação da referida lei restringe-se aos servidores públicos de carreira no estrito exercício da função, excluindo-se de seu escopo aqueles que atuam apenas a pretexto de exercê-la.
- B) Considerar que o crime de abuso de autoridade admite a modalidade culposa, bastando que o agente público cause prejuízo a outrem em razão de negligência ou imperícia na avaliação de fatos e provas.
- C) Considerar que o mero capricho ou a satisfação pessoal do agente são elementos insuficientes para a tipificação do delito, sendo obrigatória a comprovação cumulativa do dolo de prejudicar terceiro.
- D) Considerar que a divergência na interpretação de lei caracteriza abuso de autoridade caso a avaliação dos fatos realizada pelo agente contrarie frontalmente o entendimento jurisprudencial pacificado.
- E) Considerar que a conduta exige finalidade específica, não configurando crime de abuso de autoridade a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas.

QUESTÃO 17

Durante a instrução de um inquérito policial instaurado para apurar um crime violento, a Corregedoria foi acionada para avaliar a conduta do investigador responsável pelo caso. O relatório preliminar apontou que o servidor submeteu a vítima e uma testemunha ocular a procedimentos interrogatórios desnecessários, repetitivos e altamente invasivos. A conduta forçou as depoentes a reviverem a situação de violência e outras circunstâncias geradoras de forte estigmatização. Comprovou-se, ainda, que, durante a colheita dos depoimentos, o agente público extrapolou a mera repetição e intimidou diretamente a vítima do crime violento, gerando nela indevida revitimização institucional.

Com base exclusivamente no Art. 15-A da Lei federal aplicável (crime incluído pela Lei nº 14.321/2022), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que o crime em questão restringe-se às condutas praticadas contra vítimas de crimes violentos, não abrangendo, por falta de previsão legal, as vítimas de infrações penais praticadas sem violência.
- B) Considerar que a pena base abstratamente prevista para o delito é de reclusão, de 3 meses a 1 ano, além de multa, dada a gravidade da estigmatização causada.
- C) Considerar que a aplicação da pena se dará em dobro, haja vista que restou comprovado que o agente público intimidou a vítima do crime violento, gerando indevida revitimização.
- D) Considerar que a submissão a procedimentos repetitivos e invasivos caracteriza o delito em sua forma consumada, independentemente de o agente demonstrar que havia estrita necessidade para tais atos na investigação.



- E) Considerar que a causa de aumento que duplica a pena aplica-se de forma indistinta e expressa tanto à intimidação direcionada à vítima quanto à intimidação direcionada à testemunha do crime violento.

QUESTÃO 18

Durante a deflagração de uma operação de inteligência para repressão de crimes cibernéticos, a autoridade policial analisou duas situações apresentadas no inquérito. Na primeira situação, um funcionário responsável por um provedor de acesso à internet interceptou e armazenou em um servidor isolado fotografias e vídeos contendo violência sexual contra crianças, com a finalidade exclusiva de comunicar o fato ao Ministério Público, aguardando apenas o recebimento formal do material pelo órgão para excluí-lo de sua base. Na segunda situação, um indivíduo comum, sem qualquer vínculo institucional, foi investigado por solicitar e adquirir, para uso pessoal, uma quantidade irrisória (pequena) do mesmo tipo de material. Diante dos fatos, o setor jurídico da delegacia foi instado a apontar as sanções, frações de diminuição e possíveis excludentes aplicáveis ao caso. Com base exclusivamente no Art. 241-B da referida lei, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a pena base abstratamente cominada para o indivíduo comum que adquiriu as fotografias é de detenção, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.
- B) Considerar que a pena do indivíduo comum deverá ser obrigatoriamente diminuída na fração de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), em decorrência da constatação da pequena quantidade de material ilícito.
- C) Considerar que a isenção de crime relacionada ao armazenamento de material ilícito para fins de comunicação às autoridades é uma prerrogativa restrita e exclusiva aos agentes públicos no estrito exercício de suas funções.
- D) Considerar que não há crime na conduta do funcionário do provedor de internet, desde que o armazenamento tenha a finalidade de comunicar o Ministério Público e se restrinja ao período até o recebimento do material pelo referido órgão.
- E) Considerar que o mero ato de "solicitar" o material, caso o indivíduo comum não consiga efetivar o download para armazenamento em seu dispositivo, é considerado fato atípico, pois a lei exige a posse para a consumação.

QUESTÃO 19

Durante a Operação "Deep Web", agentes da Polícia Civil desarticularam um laboratório clandestino operado por um perito em computação gráfica. O suspeito utilizava avançados softwares e ferramentas generativas para duas práticas distintas: na primeira, adulterava fotografias de crianças reais colhidas em redes sociais, simulando a participação destas em conteúdos de violência sexual mediante a alteração de suas feições e vozes; na segunda, gerava do zero imagens e vídeos com cenas de abuso envolvendo adolescentes estritamente fictícios, que sequer existiam na vida real. Em sede de inquérito, a defesa técnica peticionou o arquivamento do feito, argumentando a atipicidade das condutas sob a tese de que manipulações geradas por Inteligência Artificial ou que envolvam pessoas inexistentes (fictícias) não poderiam configurar os crimes materiais previstos na legislação de proteção infantojuvenil. Com base exclusivamente nos ditames legais que tratam dos referidos crimes (com redação dada pela Lei nº 15.487/2026), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a conduta de simular a participação da vítima por meio de adulteração da imagem ou voz, com uso expresso de inteligência artificial, tipifica crime punido com reclusão, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.
- B) Considerar que o legislador restringiu a proteção penal aos sujeitos passivos reais, sendo atípica e impunível a representação audiovisual de violência sexual que envolva criança ou adolescente estritamente fictício.

- C) Considerar que a pena base abstratamente cominada para a simulação de participação em conteúdo de violência sexual mediante montagem tecnológica é de detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, além de multa.
- D) Considerar que a definição legal de material de violência sexual abrange as representações geradas mediante tecnologias digitais, desde que não ocorra a manipulação da voz da vítima, cuja alteração configura crime autônomo.
- E) Considerar que a criminalização da simulação de violência sexual por meio de modificação de fotografia restringe-se aos recursos analógicos, não havendo menção expressa à inteligência artificial na referida norma penal.

QUESTÃO 20

Com base expressa no Art. 1º da Lei nº 7.716/1989 e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a lei pune exclusivamente os crimes resultantes de discriminação por raça e cor, não abrangendo o preconceito religioso.
- B) Considerar que o STF proibiu o enquadramento da homofobia e da transfobia na Lei de Racismo, por considerar a prática um mero ilícito civil.
- C) Considerar que a procedência nacional e a etnia não estão previstas no texto literal da lei como formas de discriminação puníveis.
- D) Considerar que a legislação abrange o preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, tendo o STF equiparado a homofobia e a transfobia a esses crimes.
- E) Considerar que a transfobia foi reconhecida como crime pelo STF, mas a homofobia continua sendo um fato atípico no ordenamento jurídico brasileiro.

QUESTÃO 21

Durante o período de matrículas, o diretor de um colégio particular negou a inscrição de um adolescente de 15 anos exclusivamente em razão de sua etnia. O caso foi levado à delegacia para o devido enquadramento criminal. Com base exclusivamente nas disposições da Lei de Racismo (Lei nº 7.716/1989) sobre os crimes cometidos em estabelecimentos de ensino, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a conduta configura infração apenas na esfera civil, uma vez que a referida lei criminaliza exclusivamente a recusa de alunos em estabelecimentos de ensino público.
- B) Considerar que a pena base abstratamente cominada para a conduta de impedir a inscrição de aluno é de detenção, de três a cinco anos.
- C) Considerar que a lei pune a recusa em estabelecimentos públicos ou privados de qualquer grau, devendo a pena ser agravada de 1/3 (um terço) por a vítima ser menor de dezoito anos.
- D) Considerar que a recusa de ingresso configura crime, devendo a pena ser obrigatoriamente aplicada em dobro devido ao fato de a vítima ser adolescente.
- E) Considerar que o crime de impedir a inscrição de aluno caracterizar-se-á apenas se a recusa ocorrer no ensino fundamental ou médio.

QUESTÃO 22

Durante o cumprimento de um mandado de busca e apreensão, a Polícia Civil localizou uma estamparia clandestina onde o investigado fabricava e comercializava camisetas ostentando a cruz suástica. Em seu interrogatório, o suspeito invocou a garantia constitucional da liberdade de expressão, alegando que sua atuação era estritamente comercial e que o uso do símbolo possuía caráter meramente estético. Contudo, a investigação cibernética no celular do agente comprovou de forma inequívoca que a fabricação e a venda do material visavam arregimentar novos



membros para um grupo extremista, configurando a vontade livre e consciente de propagar a ideologia nazista.

Com base nas disposições da Lei de Racismo (Lei nº 7.716/1989) e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre os limites da liberdade de expressão, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a conduta é amparada pelo direito fundamental à liberdade de expressão, o qual possui caráter absoluto no ordenamento jurídico brasileiro e impede a criminalização da mera comercialização de símbolos políticos.
- B) Considerar que a consumação do delito independe do elemento subjetivo, bastando a mera fabricação ou exibição da cruz suástica em qualquer contexto (como em obras audiovisuais históricas) para configurar o crime.
- C) Considerar que o crime tipificado exige a comprovação cumulativa de que o agente fabricou, comercializou e distribuiu os ornamentos, não bastando a prática de apenas um dos núcleos verbais para a consumação.
- D) Considerar que a conduta tipifica crime punível com reclusão, de dois a cinco anos, e multa, exigindo a lei o dolo específico de divulgação do nazismo, prática que não encontra guarida na liberdade de expressão.
- E) Considerar que a pena abstratamente cominada ao fabricante do material ilícito, desde que comprovada a finalidade de divulgar o nazismo, é de detenção, de dois a cinco anos, além de multa.

QUESTÃO 23

Durante uma investigação conduzida pela Polícia Federal, analisou-se o caso de um cidadão estrangeiro que praticou crime de tortura contra um turista brasileiro no exterior. Após o crime, o autor permaneceu em seu país de origem, jamais ingressando no Brasil. Diante da gravidade do fato, a equipe jurídica da corporação avaliou a possibilidade de enquadramento criminal e aplicação da legislação brasileira ao caso ocorrido integralmente fora do território nacional. Com base exclusivamente no Art. 2º da Lei federal nº 9.455/1997 (Lei de Tortura), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a lei de tortura não se aplica ao caso, pois o alcance extraterritorial da norma exige, no mínimo, que o delito tenha sido praticado por agente de nacionalidade brasileira.
- B) Considerar que a aplicação da referida lei ao caso está condicionada à comprovação de que o agente infrator ingressou, após o crime, em local sob jurisdição brasileira.
- C) Considerar que a legislação brasileira incidirá sobre o fato, uma vez que a norma é expressa ao determinar sua aplicação a crimes cometidos no exterior quando a vítima for brasileira.
- D) Considerar que o enquadramento exige requisitos cumulativos, sendo necessária a presença de vítima brasileira e, simultaneamente, a localização do autor em território nacional.
- E) Considerar que a extraterritorialidade prevista na lei restringe-se a locais onde não haja jurisdição de nenhum país, não alcançando delitos consumados em território estrangeiro soberano.

QUESTÃO 24

Durante a deflagração de uma operação policial, uma equipe munida de um mandado judicial válido de busca e apreensão dirigiu-se à residência de um investigado. Cientes de que não havia situação de desastre, necessidade de prestar socorro ou indícios de flagrante delito no local, os agentes optaram por adentrar o imóvel e dar início ao cumprimento do mandado às 22h00. Diante disso, a defesa do investigado representou contra os policiais por abuso de autoridade, enquanto a equipe alegou que a simples posse do mandado judicial legitimava a diligência em qualquer horário do dia ou da noite. Com base exclusivamente no Art. 22 da Lei federal nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), assinale a alternativa CORRETA.

- A) Considerar que a conduta dos agentes é atípica, haja vista que a ordem judicial de busca e apreensão afasta a limitação de horário quando o imóvel pertence ao investigado principal.
- B) Considerar que o cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21h configura o crime tipificado, sujeitando os agentes à pena de detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
- C) Considerar que a pena base abstratamente cominada ao policial que cumpre mandado em horário vedado é de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
- D) Considerar que a limitação temporal estabelecida na lei proíbe o ingresso na residência apenas no período compreendido entre a meia-noite e as 6h da manhã.
- E) Considerar que a ocorrência de flagrante delito no interior da residência não afasta o crime de abuso de autoridade se o ingresso for realizado no período noturno.



QUESTÃO 25

Rivaldo utilizava o ônibus na cidade Olinda, especificamente a linha Rio doce /CDU, para chegar até o seu local de trabalho na Av. Getúlio Vargas. No trajeto, ao se deparar com a desconhecida engenheira Telma, Rivaldo inicia uma conversa com ela com conteúdo sexual, sem ser correspondido, chamando-a para ir ao apartamento dele após o trabalho para jantar e tomar um vinho. Chegando no terminal de destino, Telma se prepara para desembarcar, quando Rivaldo acaba passando a mão em suas nádegas. Telma passa a gritar e os demais usuários do ônibus conseguem deter Rivaldo e acionar a polícia militar, sendo ele preso em flagrante e conduzido ao Distrito Policial. Rivaldo, com fulcro no Código Penal, responderá, em tese, por crime de:

- A) estupro.
- B) violação da intimidade sexual.
- C) violação sexual mediante fraude.
- D) assédio sexual.
- E) importunação sexual.

QUESTÃO 26

Renato e Tiago, agindo com prévio conluio e unidade de propósitos, resolvem praticar um furto no interior de uma residência, no final de semana, após terem sido informados que os moradores ali não se encontrariam. Para tanto, num domingo, no período da tarde, dirigem-se à casa eleita para subtração, ficando acordado que, enquanto Renato ficaria do lado de fora da residência, com a finalidade de garantir a fuga e noticiar a eventual aproximação de terceiros ou da polícia, Tiago ficaria encarregado da subtração em si. Levado adiante o plano adremente ajustado, após efetuar a subtração de joias e da quantia de R\$ 2.000,00, quando estava prestes a sair da residência, Tiago foi surpreendido pela aparição de Joana, moradora da casa. Visando garantir o sucesso da empreitada criminosa, Tiago espanca impiedosamente Joana, e, posteriormente, pratica conjunção carnal sem o seu consentimento. Consumada a violência sexual, Josué amarra a vítima e abandona o local, não levando ao conhecimento de Renato o acontecido.

Em face do exposto é correto afirmar:

- A) Renato e Tiago responderão por roubo impróprio e importunação sexual em concurso material.
- B) Renato responderá por roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas, e Tiago por roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas e estupro.



- C) Renato responderá por tentativa de furto qualificado pelo concurso de pessoas e Tiago por roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas e estupro.
- D) Renato responderá por furto qualificado pelo concurso de pessoas e Tiago por roubo circunstanciado pelo concurso de pessoas e estupro, em concurso material.
- E) Renato responderá por furto qualificado pelo concurso de pessoas, enquanto Tiago por roubo impróprio e estupro, em concurso material.

QUESTÃO 27

Lucas, atualmente com 12 anos de idade, é filho de Ane, vizinha de Viviane. As famílias de Viviane e de Ane, incluindo Lucas, que é pessoa com deficiência Visual, residem em casas vizinhas na mesma rua. A partir de janeiro deste ano de 2026, as famílias começaram a se desentender em razão de barulho oriundo da casa de Ane, proveniente de som alto, além de algumas festas promovidas por Ane. Lucas passou a defender a mãe em todas as discussões e a confrontar o vizinho Viviane. Certa data, Viviane, após a ingestão de bebidas alcoólicas e possuída pela raiva, apoderou-se de uma faca de grande porte e surpreendeu Lucas à plena luz do dia, quando este estava no quintal da sua residência, desferindo contra ele 12 facadas em regiões vitais do corpo do menor, que veio a óbito no local. A polícia foi acionada e Viviane presa em flagrante. Viviane responderá, em tese, pelo crime de homicídio qualificado contra menor de 14 anos, portador de deficiência, com pena de reclusão de

- A) 20 a 40 anos, que será aumentada de 1/3 até a metade.
- B) 12 a 30 anos que será aumentada de 1/3 até a metade.
- C) 20 a 40 anos, sem qualquer majoração.
- D) 20 a 40 anos que será aumentada de 2/3.
- E) 12 a 30 anos que será aumentada de 2/3.

QUESTÃO 28

Camilo e Sousa são conhecidos traficantes em um bairro do Estado. No dia 25 de julho de 2025, em virtude de disputa por um ponto de venda de drogas na cidade de ouro preto em que atuam, Camilo, ao avistar Sousa, efetua três disparos de arma de fogo contra seu desafeto, que não é atingido devido à má pontaria do atirador e por não se apresentar como alvo fixo. Ocorre que duas crianças que se encontravam jogando futebol na calçada são atingidas, sendo que uma delas morre (Tomé) e a outra sofre lesões corporais de natureza grave (Urion).

Diante do quadro relatado,

- A) Camilo responderá por tentativa de homicídio qualificado por motivo torpe em relação a Sousa, por homicídio culposo em relação a Tomé e por lesões corporais culposas em relação a Urion.
- B) Camilo responderá pelo crime de homicídio qualificado por motivo torpe, em aberratio ictus, com unidade simples (CP., artigo 121, § 2º, Inciso I, c.c. o artigo 73, "caput", primeira parte, ambos do Código Penal).
- C) Camilo responderá por tentativa de homicídio qualificado por motivo fútil, em relação a Sousa, por homicídio culposo em relação a Tomé e por lesões corporais culposas em relação a Urion.
- D) Camilo responderá por tentativa de homicídio qualificado por motivo torpe em relação a Sousa, por homicídio simples, com dolo eventual, em relação a Tomé, e por lesão corporal, com dolo eventual, em relação a Urion.
- E) Camilo responderá pelo crime de homicídio qualificado por motivo fútil, em aberratio ictus, com unidade complexa (CP., artigo 121, § 2º, Inciso II, c.c. o artigo 73, "caput", segunda parte, ambos do Código Penal).

QUESTÃO 29

Considerando o crime de lesão corporal (art. 129 do Código Penal), assinale a alternativa correta.

- A) Se resulta incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias, a lesão é considerada de natureza leve.
- B) Se resulta perigo de vida, a lesão corporal é classificada como de natureza grave.
- C) A perda de membro, sentido ou função caracteriza lesão corporal de natureza grave.
- D) Se resulta incapacidade permanente para o trabalho, a lesão corporal é classificada como de natureza grave.
- E) Se resulta deformidade permanente é classificada como lesão de natureza grave.

QUESTÃO 30

Matheus Barbosa foi casado com Joana por cerca de três anos, a qual decidiu pôr fim à relação por incompatibilidades insanáveis. Inconformado, Matheus Barbosa, a pretexto de visitá-la para uma última conversa, após ter a entrada franqueada na residência de Joana, desferiu, na presença dela, cinco disparos de arma de fogo contra a criança C.K.F, filho de Joana, os quais causaram a morte do infante. O crime foi praticado com o fim específico de causar sofrimento a Joana. Nos termos do Código Penal, a conduta de Matheus Barbosa enquadra-se no crime de

- A) vicaricídio (art. 121-B, do CP), com pena de reclusão de 20 a 40 anos, não incidindo nenhuma causa de aumento de pena, mas apenas a agravante genérica de crime praticado contra criança (art. 61, II, 'h', do CP).
- B) vicaricídio (art. 121-B, do CP), com pena de reclusão de 20 a 40 anos, aumentada de um terço até a metade por ter sido praticado na presença de Joana e contra criança (art. 121-B, parágrafo único, I e II, do CP).
- C) vicaricídio (art. 121-B, do CP), com pena de reclusão de 20 a 40 anos, não incidindo nenhuma causa de aumento de pena.
- D) homicídio qualificado (art. 121, §2º, do CP), com pena prevista de doze a trinta anos.
- E) infanticídio (art. 123 do CP), com pena de detenção de dois a seis anos.

QUESTÃO 31

Thadeu é Promotor de justiça e Isaquel professor de História, os dois foram convidados a participar de uma palestra em uma Faculdade., sabendo que Thadeu estava de folga. Durante a palestra um dos alunos que participava da palestra inconformado com a aula dos dois, que vamos chama-lo de aluno X. Dirige-se a Thadeu, chamando-o de seu "promotorzinho de meia pataca" e Isaquel de "Buchudinho de Limoeiro". que eles não tinham conhecimento de nada e fossem embora do local. Neste caso, o crime ou crimes que poderia ser estabelecido ao aluno X seria

Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- A) desacato, ainda que o funcionário público não se encontrava no exercício de sua atividade funcional, posto que presente o nexo causal da ofensa e Injúria em relação a Isaquel
- B) injúria, pois o funcionário público não se encontrava no exercício de sua atividade funcional, e injúria em relação a Isaquel.
- C) difamação, com a pena agravada, pois o funcionário público não se encontrava no exercício de sua atividade funcional e Injúria em relação a Isaquel
- D) nenhum, pois o fato é atípico, posto que o funcionário público não se encontrava no exercício de sua atividade funcional e injúria em relação a Isaquel.





QUESTÃO 32

À luz da Constituição Federal de 1988 e do entendimento dominante acerca dos remédios constitucionais, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O habeas corpus será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação ilegal em sua liberdade de locomoção, podendo ser impetrado por qualquer pessoa, física ou jurídica, em benefício próprio ou de terceiros, sendo indispensável a representação por advogado.
- B) O mandado de segurança destina-se à proteção de qualquer direito líquido e certo, diante de ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público, podendo o mandado de segurança coletivo ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.
- C) O habeas data destina-se a assegurar o direito à informação em geral, constante de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, bem como à retificação dessas informações.
- D) Na impetração do habeas data, o interesse de agir pressupõe a existência de recusa ou resistência ao fornecimento das informações relativas à pessoa do impetrante, por parte da entidade governamental ou de caráter público detentora dos dados.
- E) A ação popular poderá ser proposta por qualquer pessoa física ou jurídica para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, em qualquer hipótese, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

QUESTÃO 33

À luz da Constituição Federal de 1988, acerca do estado de defesa e do estado de sítio, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O Presidente da República poderá decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional, calamidade de grandes proporções na natureza ou comoção grave de repercussão nacional, pelo prazo máximo de trinta dias, prorrogável uma única vez por igual período.
- B) O Presidente da República pode, independentemente da oitiva do Conselho da República ou do Conselho de Defesa Nacional, solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio no caso de resposta à agressão armada estrangeira.
- C) Na hipótese de declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira, o estado de sítio será decretado pelo prazo máximo de trinta dias, admitindo-se sucessivas prorrogações por iguais períodos enquanto persistirem as razões que justificaram sua decretação.
- D) As manifestações do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional vinculam o Presidente da República quando contrárias à decretação do estado de sítio ou do estado de defesa; não havendo vinculação, contudo, quando favoráveis à decretação de tais medidas.
- E) O estado de sítio decretado em razão de comoção grave de repercussão nacional ou de ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa não poderá exceder trinta dias, nem cada prorrogação ser superior a esse prazo, podendo ser determinada, entre outras medidas, a obrigação de permanência em localidade determinada.

QUESTÃO 34

À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do STF acerca da segurança pública, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A Polícia Federal compete apurar infrações penais contra bens, serviços e interesses da União, de suas autarquias e empresas públicas, bem como exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária em todo o território nacional.
- B) As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, inclusive das infrações penais militares quando praticadas por policiais militares contra civis; às polícias militares cabem o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, constituindo, juntamente com os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército.
- C) As Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; às Polícias Penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da respectiva unidade federativa, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.
- D) Conforme entendimento do STF, as Guardas Municipais integram o sistema de segurança pública, mas sua atuação limita-se à proteção dos bens, serviços e instalações municipais, sendo-lhes vedado exercer policiamento ostensivo e comunitário.
- E) A segurança pública é dever exclusivo do Estado e direito de todos, cabendo às Guardas Municipais, além da proteção dos bens, serviços e instalações municipais, o exercício de polícia judiciária nos crimes que afetem diretamente interesses do Município.

QUESTÃO 35

Considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 acerca dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem entre seus fundamentos a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre concorrência e o pluralismo político.
- B) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização, promovendo a redução das desigualdades sociais e econômicas.
- C) Todo o poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes eleitos, nos termos da Constituição, sendo Legislativo, Executivo e Judiciário Poderes da União, independentes e harmônicos entre si.
- D) A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, entre outros, pelos princípios da prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, solução pacífica dos conflitos e concessão de asilo político, assegurada a igualdade entre brasileiros e estrangeiros.
- E) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma confederação latino-americana de nações, orientada pela cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

QUESTÃO 36 À luz das disposições da Constituição Federal de 1988 acerca da Administração Pública, dos servidores públicos e dos militares, assinale a alternativa CORRETA:

- A) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, ressalvada, quando houver compatibilidade de horários, a acumulação de dois cargos de professor, de um cargo de professor com outro técnico ou científico e de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. A vedação constitucional, contudo, restringe-se aos cargos e empregos da Administração Direta, não alcançando empregos mantidos em empresas públicas ou sociedades de economia mista.



- B) O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; tratando-se de mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- C) O militar alistável é elegível, desde que conte com mais de dez anos de serviço, hipótese em que deverá afastar-se definitivamente da atividade militar para concorrer ao mandato eletivo, sendo automaticamente transferido para a inatividade no momento do registro de sua candidatura.
- D) O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício, podendo perder o cargo apenas em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- E) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reintegrado ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

QUESTÃO 37 Com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Constitui crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- B) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos pobres, na forma da lei.
- C) As associações somente poderão ter suas atividades suspensas ou ser compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial transitada em julgado.
- D) São gratuitas aos reconhecidamente pobres as ações de habeas corpus e habeas data, bem como, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- E) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como aquele que permanecer preso além do tempo fixado na sentença.

QUESTÃO 38 À luz da Constituição Federal de 1988, acerca do Presidente da República, de suas atribuições, prerrogativas e responsabilização, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Admitida a acusação contra o Presidente da República por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal tanto nas infrações penais comuns quanto nos crimes de responsabilidade, ficando suspenso de suas funções desde a admissão da acusação.
- B) Se, decorridos quinze dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.
- C) Compete privativamente ao Presidente da República decretar o estado de defesa e o estado de sítio, após ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, sendo necessária prévia autorização do Congresso Nacional em ambas as hipóteses.
- D) Compete privativamente ao Presidente da República nomear os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, após aprovação da escolha pelo Senado Federal, bem como conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
- E) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República nos dois últimos anos do período presidencial, será realizada eleição direta noventa dias depois de aberta a última vaga, devendo os eleitos completar o período de seus antecessores.



QUESTÃO 39 EP INÉDITA 2026

Considere a formação socioespacial e econômica da Mata Meridional de Pernambuco a partir do século XVI e a inserção de Tamandaré nesse contexto regional. A estruturação produtiva e o adensamento populacional no território foram viabilizados por um conjunto integrado de fatores geoambientais e logísticos.

A esse respeito, assinale a alternativa que descreve corretamente essa dinâmica:

- A) A ocupação inicial deu-se prioritariamente pela exploração de pedras preciosas no alto curso do Rio Formoso, dispensando a navegação marítima e a exploração florestal.
- B) A consolidação do povoamento colonial prescindiu da cobertura florestal nativa, concentrando-se em áreas de savana semiárida e no comércio de gado com o Sertão do São Francisco.
- C) A atividade açucareira prosperou pela convergência de solo e índices pluviométricos favoráveis, aliada à farta reserva de mata nativa (combustível para as fornalhas dos engenhos) e à profundidade navegável do Rio Formoso para escoamento das cargas até o Recife e o Porto de Tamandaré.
- D) O desenvolvimento de pequenas aglomerações urbanas decorreu da criação de entrepostos alfandegários federais no século XVI, voltados à taxaça da pesca de subsistência e da manufatura têxtil.
- E) O isolamento hidrográfico do litoral sul inviabilizou estaleiros e forçou o transporte terrestre exclusivo de açúcar até a emancipação política de Rio Formoso em 1905.

QUESTÃO 40 EP INÉDITA 2026

A respeito da evolução político-administrativa e institucional de Tamandaré ao longo dos séculos XIX e XX, analise os marcos históricos abaixo:

- I. Em 1898, a edificação do Hospital Lazareto pelo governo federal atuou como vetor de atração populacional e consolidação da antiga vila de pescadores e agricultores.
- II. A elevação à categoria de distrito pertencente ao município de Rio Formoso deu-se formalmente em 17 de maio de 1905, quando a localidade contava com cerca de 200 habitantes.
- III. O Decreto-Lei Estadual nº 952, de 31 de dezembro de 1943, alterou a denominação do distrito de Santo André para Saué após ampla consulta plebiscitária junto à comunidade local.

Está(ão) correta(s):

- A) I, II e III.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) Apenas I.

QUESTÃO 41 EP INÉDITA 2026

A história agrária e industrial de Tamandaré registrou momentos de inflexão profunda em meados e no final do século XX, quando o colapso de unidades fabris tradicionais reconfigurou a organização do trabalho e a apropriação do solo.

Sobre os desdobramentos da crise da agroindústria canavieira na década de 1990, assinale a afirmativa correta:

- A) O fechamento de usinas como Santo André e Central de Barreiros deflagrou o êxodo rural/urbano e induziu a consolidação de uma nova territorialidade assentada na propriedade familiar, com destaque para o distrito de Saué.
- B) A falência usineira provocou o abandono definitivo da faixa litorânea e a extinção legal do distrito de Saué, reanexado compulsoriamente a Barreiros.



- C) A desarticulação sucroalcooleira impediu a emancipação municipal em 1995, postergando a instalação da sede para meados dos anos 2000.
- D) A crise da cana-de-açúcar foi mitigada pela conversão imediata das terras usineiras em pastagens industriais para exportação de carne bovina.
- E) O colapso fabril restringiu-se ao território urbano de Rio Formoso, mantendo Tamandaré com pleno emprego e expansão das usinas de álcool.

QUESTÃO 42 EP INÉDITA 2026

No que concerne ao patrimônio histórico colonial e às narrativas toponímicas e míticas de Tamandaré, assinale a opção correta:

- A) A capela do Engenho Mamocabas foi construída em 1777 pelo historiador José de Almeida Maciel para servir de abrigo contra invasões corsárias.
- B) O topônimo *Tamanduar-é*, conforme José de Almeida Maciel, alude estritamente ao regime de cheias e vazantes da bacia do Rio Formoso.
- C) O mito tupi associa o nome *tamoindaré* à figura de um monarca lusitano enviado para fundar o primeiro hotel de grande porte na orla.
- D) Na tradição indígena tupi, Tamandaré é concebido como o "repovoador", pajé escolhido por Tupã que abrigou sua família em uma arca gigantesca durante o dilúvio.
- E) As ruínas do Engenho Mamocabas pertenciam à família Albuquerque e foram convertidas no Hospital Lazareto em 1913.

QUESTÃO 43 EP INÉDITA 2026 No que tange aos recortes territoriais, demográficos e político-administrativos do município de Tamandaré (PE) consolidados pelo IBGE e pela legislação estadual pertinente, analise as proposições a seguir:

- I. O processo de emancipação política do município fundamentou-se na Lei Estadual Complementar nº 15/1990, a qual estabelecia como requisitos cumulativos para o desmembramento territorial uma população residente superior a 10 mil habitantes e um eleitorado representativo de mais de 30% desse contingente.
- II. De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022 e a malha territorial oficial (213,75 km²), Tamandaré apresenta uma densidade demográfica superior a 150 hab./km², o que o posiciona entre os 30 municípios mais densamente povoados do estado de Pernambuco.
- III. Em termos de divisão administrativa, desde a consolidação da divisão territorial datada de 1997 e mantida em 2005, a estrutura municipal de Tamandaré é juridicamente constituída por dois distritos: o distrito-sede de Tamandaré e o distrito de Saue, ambos desmembrados de Rio Formoso.

Está correto o que se afirma em:

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 44 EP INÉDITA 2026

Considere as informações estatísticas do IBGE (Censo 2022 e Contas Regionais 2023) referentes ao perfil socioeconômico e à dinâmica demográfica de Tamandaré:

Dado 1: O PIB per capita municipal apurado em 2023 atingiu R\$ 18.347,99, conferindo a Tamandaré a 35ª colocação no ranking estadual (185 municípios) e a liderança isolada (1º lugar) entre os 5 municípios que integram a sua respectiva Região Geográfica Imediata.

Dado 2: A idade mediana da população local é de 29 anos, e a composição étnico-racial apresenta predominância de autodeclarados pardos (13.637 pessoas), seguidos por **brancos** (5.805 pessoas), pretos (4.079 pessoas), amarelos (32 pessoas) e indígenas (8 pessoas).

Com base na interpretação integrada desses indicadores e da literatura demográfica regional:

- A) A composição demográfica de Tamandaré exhibe transição avançada com idade mediana acima da média de países desenvolvidos, associada a uma concentração de renda em que o PIB per capita local é o menor de sua Região Geográfica Imediata.
- B) O perfil populacional revela predominância de população adulta jovem e forte contingente pardo/negro (pretos e pardos somam mais de 75% dos habitantes), enquanto o desempenho econômico relativo o coloca em posição de destaque na sua Região Geográfica Imediata em termos de geração de riqueza por habitante.
- C) A estrutura étnico-racial de Tamandaré destaca-se no cenário pernambucano por apresentar maioria absoluta de população autodeclarada amarela e indígena somadas, em detrimento dos grupos pardo e branco.
- D) A riqueza municipal medida pelo PIB per capita reflete um padrão de estagnação na última década, sem alterações nominais entre 2011 e 2023, mantendo o município na última posição econômica estadual.
- E) O contingente de pessoas brancas supera a soma de todas as demais categorias de cor/raça, justificando o posicionamento do município como o mais populoso de sua Região Geográfica Imediata.

QUESTÃO 45 EP INÉDITA 2026

No que concerne ao quadro físico-geográfico, biogeográfico e territorial do município de Tamandaré, localizado na Microrregião da Mata Meridional Pernambucana, analise as proposições a seguir e assinale a alternativa correta:

- A) O território municipal está inserido na bacia hidrográfica do Rio Capibaribe, apresentando relevo caracterizado por chapadões semiáridos e vegetação estritamente xerófila de Caatinga hiperxerófila.
- B) Tamandaré limita-se territorialmente ao norte com os municípios de Rio Formoso e Sirinhaém, ao sul com Barreiros, a oeste com Água Preta e a leste com o Oceano Atlântico, apresentando domínio fitogeográfico de Mata Atlântica com ecossistemas associados de restinga e manguezal.
- C) O clima predominante no município é o Tropical Semiárido (BSH), marcado por estiagens que superam nove meses ao ano e precipitações anuais concentradas exclusivamente entre os meses de outubro e janeiro.
- D) A geomorfologia de Tamandaré é tipicamente montanhosa, estruturada sobre o Planalto da Borborema, com altitudes médias superiores a 800 metros e ausência de planície litorânea ou barreiras recifais costeiras.
- E) O município não possui conexão com a faixa costeira pernambucana, situando-se inteiramente no Agreste Meridional, desprovido de bacias litorâneas e de unidades de conservação marinho-costeiras.



QUESTÃO 46

O Snap Layouts é um recurso do Windows 11 que permite organizar rapidamente várias janelas abertas na tela em layouts pré definidos. Qual é a tecla de atalho utilizada para abrir o Snap Layouts?

- A) Tecla Windows + s
- B) Tecla Windows + h
- C) Tecla Windows + i
- D) Tecla Windows + g
- E) Tecla Windows + z



QUESTÃO 47

Durante a formatação de um relatório no Microsoft Word, foi aplicado um padrão visual específico ao primeiro título do documento, alterando fonte, tamanho, negrito e cor. Em seguida, deseja-se copiar exatamente esse mesmo padrão para outros títulos já digitados, sem configurar manualmente cada opção novamente. Qual recurso do Word permite copiar a formatação já aplicada em um texto e aplicá-la rapidamente a outro?

- A) Utilizar a tecla F7 para que o Word copie automaticamente a formatação do título selecionado.
- B) Usar a função "Mala Direta", destinada a copiar automaticamente a formatação dos títulos do documento.
- C) Inserir uma "Quebra de Seção" antes de cada novo título para que ele herde a formatação do parágrafo anterior.
- D) Utilizar a ferramenta "Pincel de Formatação" para copiar a formatação do título original e aplicá-la aos demais.
- E) Salvar o documento em formato PDF e depois reabri-lo no Word para unificar as fontes de todos os títulos.

QUESTÃO 48

No aplicativo Excel do pacote Microsoft Office, considerando a versão 2016, foi elaborada a seguinte planilha: Posteriormente, a seguinte fórmula foi inserida na célula A5 dessa planilha: =MÁXIMO(A1:C3)-MÍNIMO(B2:D4) O resultado que será exibido nessa célula é:

- A) 3
- B) 7
- C) 32
- D) 63
- E) 64

	A	B	C	D
1	32	22	2	14
2	23	34	11	41
3	26	3	67	4
4	0	89	34	22
5				

QUESTÃO 49

Sobre navegadores de Internet, é correto afirmar que:

- A) O Microsoft Edge não disponibiliza navegação por abas ou guias, assim ao utilizá-lo só é possível acessar um site por vez.
- B) Os navegadores modernos, Google Chrome e Mozilla Firefox, não apresentam a funcionalidade de histórico.
- C) No Google Chrome é possível instalar funcionalidades complementares, chamadas extensões.
- D) Salvar páginas em uma lista de favoritos é uma funcionalidade exclusiva do Microsoft Edge, não estando presente em nenhum outro navegador.
- E) Nos navegadores Google Chrome e Microsoft Edge as abas permitem abrir, em uma mesma janela, apenas páginas pertencentes ao mesmo domínio.

QUESTÃO 50

Os malwares podem apresentar diferentes formas de atuação nos sistemas computacionais. Um dos tipos de malware se apresenta como programa legítimo para induzir o usuário à instalação de código malicioso, enquanto outro tipo é projetado para ocultar processos e componentes maliciosos, dificultando sua detecção pelo sistema operacional e por ferramentas de segurança. Considerando essas características, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, os dois tipos de malware aos quais o enunciado se refere.

- A) Trojan e Rootkit.
- B) Adware e Botnet.
- C) Spyware e Worm.
- D) Keylogger e Backdoor.
- E) Scareware e Ransomware.



QUESTÃO 51

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 51 a 55.

Por que fazer uma prova pode ajudar você a aprender?

Para muitos estudantes, uma prova serve apenas para verificar quanto do conteúdo foi aprendido. Pesquisas sobre memória e aprendizagem, porém, mostram que responder a perguntas também pode fazer parte do próprio processo de aprendizagem. Ao tentar recuperar uma informação sem consultar o material, o estudante mobiliza a memória de maneira diferente daquela utilizada durante uma simples releitura.

Essa estratégia é conhecida como prática de recuperação. Em vez de apenas voltar ao conteúdo já estudado, a pessoa reconstrói a informação a partir daquilo que consegue lembrar. Esse esforço pode favorecer a aprendizagem e tornar mais eficiente a recuperação posterior do conhecimento. Por isso, resolver questões não precisa ser uma atividade reservada para o momento da avaliação: a prática pode ser incorporada à rotina de estudos.

A diferença é importante porque a facilidade de reconhecer uma informação pode produzir uma impressão equivocada de domínio. Ao reler várias vezes um texto, por exemplo, o estudante pode ter a sensação de que conhece bem determinado assunto. Entretanto, essa familiaridade não garante que consiga explicar o conteúdo ou responder a uma pergunta quando o material não estiver diante de seus olhos. A tentativa de recuperar a informação revela com mais clareza aquilo que já foi aprendido e aquilo que ainda precisa ser estudado.

Outro princípio bastante estudado é o efeito de espaçamento. Em vez de concentrar todas as sessões de estudo em um único período, distribuir as oportunidades de aprendizagem ao longo do tempo tende a favorecer a retenção. Assim, retornar a um conteúdo depois de algum intervalo pode ser mais proveitoso do que repetir a mesma atividade várias vezes em sequência. O intervalo ideal, contudo, não precisa ser rígido: diferentes condições de estudo e características do conteúdo podem influenciar os resultados.

A combinação entre espaçamento e recuperação também pode ser útil. Um estudante pode estudar determinado assunto, tentar lembrar o que aprendeu sem consultar as anotações e, alguns dias depois, repetir o processo. Quando surgirem dificuldades, ele poderá retomar o material e verificar quais informações precisam de maior atenção. Dessa maneira, os próprios erros passam a fornecer pistas sobre o que deve ser revisto.

Os pesquisadores também destacam a importância da metacognição, isto é, da capacidade de perceber e regular o próprio processo de aprendizagem. Nem sempre a estratégia que parece mais fácil é aquela que produz os melhores resultados a longo prazo. Algumas técnicas exigem mais esforço e podem ser percebidas pelo estudante como menos agradáveis, embora contribuam para uma aprendizagem mais duradoura.

Para quem se prepara para uma prova, essas descobertas oferecem uma aplicação prática. Resolver questões, tentar explicar um assunto sem consultar o material, revisar conteúdos em diferentes momentos e analisar os próprios erros são maneiras de tornar o estudo mais ativo. Não há uma única estratégia que funcione da mesma forma para todas as pessoas, mas compreender como a memória e a aprendizagem respondem a diferentes formas de estudo pode ajudar o estudante a fazer escolhas mais conscientes durante sua preparação.

Adaptado de CARPENTER, Shana K.; PAN, Steven C.; BUTLER, Andrew C. *The science of effective learning with spacing and retrieval practice*. **Nature Reviews Psychology**, v. 1, p. 496-511, 2022. DOI: 10.1038/s44159-022-00089-1. Acesso em 28/08/2026.

QUESTÃO 51

"Essa estratégia é conhecida como prática de recuperação. Em vez de apenas voltar ao conteúdo já estudado, a pessoa reconstrói a informação a partir daquilo que consegue lembrar."

Considerando a acentuação dos vocábulos presentes no texto, bem como daqueles apresentados fora de contexto, analise as afirmativas a seguir:

- I. A regra de acentuação aplicada ao vocábulo "prática" difere daquela que se aplica aos vocábulos "seríssimo" e "veículo", pois estes últimos seguem outra regra específica de acentuação.
- II. O vocábulo "prática", sem acento, deve ser pronunciado com a penúltima sílaba tônica, sendo, portanto, paroxítona, assim como os vocábulos "pudico" e "recorde".
- III. O vocábulo "já" é um monossílaboônico, cuja regra de acentuação gráfica justifica, também, a acentuação dos verbos "ter", quando conjugado na terceira pessoa do plural do presente do indicativo, e "pôr".
- IV. O vocábulo "reconstrói" é um termo oxítono terminado em ditongo aberto, regra que justifica sua acentuação. Diferentemente de "ideia" e "heroico", que perderam o acento gráfico com a alteração proposta pelo Novo Acordo Ortográfico.

Após análise, identifique a alternativa que apresenta as proposições CORRETAS.

- A) I e III, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, III e IV, apenas.

QUESTÃO 52

"Algumas técnicas exigem mais esforço e podem ser percebidas pelo estudante como menos agradáveis, embora contribuam para uma aprendizagem mais duradoura".

Considerando a classificação morfológica dos vocábulos presentes no trecho, analise as afirmativas a seguir:

- I. O vocábulo "menos" é um advérbio que modifica o sentido do adjetivo "agradáveis". Por outro lado, existem adjetivos que podem assumir o valor de advérbio, como ocorre na frase: "O aluno aprendeu rápido o conteúdo".
- II. As duas ocorrências do vocábulo "mais" presentes no fragmento de texto evidenciam valores morfológicos distintos.
- III. A forma verbal "exigem", ao ser flexionada para a 1ª pessoa do singular do presente do indicativo, sofre alternância consonantal, evidenciando a adaptação ortográfica necessária para preservar a regularidade fonética do radical.
- IV. O vocábulo "algumas" exerce função pronominal, referindo-se ao substantivo de maneira vaga, imprecisa ou indeterminada, assim como ocorre na frase: "O estudante estava bastante preparado para a prova".

Após análise, identifique a alternativa que apresenta as proposições CORRETAS.

- A) I e II, apenas.
- B) I, II e III, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 53

"Não há uma única estratégia que funcione da mesma forma para todas as pessoas".

Assinale a alternativa CORRETA quanto à sintaxe da oração apresentada

- A) O verbo "há" apresenta uso impessoal, mantendo-se no singular, ainda que o termo "uma única estratégia" fosse empregado no plural, mesmo exercendo a função de sujeito.
- B) A oração iniciada por "que" classifica-se como subordinada substantiva objetiva direta, exercendo a função de objeto direto do verbo "há".

- C) O verbo "funcione" exerce função de verbo transitivo indireto, no contexto em que é inserido.
- D) O vocábulo "que" classifica-se como pronome relativo, retomando o termo "estratégia" e introduzindo uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- E) O termo "estratégia" funciona como núcleo do sujeito do verbo "funcione" (2ª oração).

QUESTÃO 54

"Algumas técnicas exigem mais esforço e podem ser percebidas pelo estudante como menos agradáveis, embora contribuam para uma aprendizagem mais duradoura."

No trecho acima, tanto as formas verbais quanto as nominais estabeleceram concordância correta. Considerando as regras de concordância verbal e nominal segundo a norma-padrão, analise as frases a seguir:

- I. A maioria dos estudantes revisou o conteúdo antes da avaliação.
- II. Fazem alguns anos que pesquisadores estudam os efeitos da prática de recuperação sobre a memória.
- III. Mais de um estudante apresentou dificuldades durante a revisão do conteúdo.
- IV. É necessário a realização de revisões periódicas para consolidar o aprendizado.

Levando em conta as regras de concordância verbal e nominal, assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições CORRETAS.

- A) I e III, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

QUESTÃO 55

Por isso, resolver questões não precisa ser uma atividade reservada para o momento da avaliação: a prática pode ser incorporada "à rotina de estudos".

Assinale a alternativa CORRETA quanto ao emprego do sinal indicativo de crase no termo destacado.

- A) A ocorrência de crase em "à rotina de estudos" está relacionada à configuração do sintagma nominal, cuja estrutura interna favorece a marcação gráfica no encadeamento do período.
- B) A forma "à rotina de estudos" resulta da articulação entre elementos do predicado, em que a marcação gráfica expressa vínculo semântico entre os termos do período.
- C) O uso de crase em "à rotina de estudos" decorre da regência do verbo "incorporar", que, na construção apresentada, exige preposição "a", combinada ao artigo feminino que acompanha o substantivo.
- D) O uso da crase em "à rotina de estudos" decorre da presença de termo feminino determinado, cuja construção exige a fusão na organização do período.
- E) A ocorrência de crase em "à rotina de estudos" relaciona-se à inserção do termo em posição final, o que condiciona a realização da marca gráfica no enunciado.



**QUESTÃO 56**

Considere as afirmações a seguir:

I. Se Thiago Mello é GCM, então Gedson é engenheiro.

II. Larissa é jornalista ou Gedson é engenheiro.

Considerando que a afirmação (I) é verdadeira e a afirmação (II) é falsa, conclui-se que:

- A) Thiago Mello é GCM ou Gedson é engenheiro.
- B) Thiago Mello é GCM e Gedson não é engenheiro.
- C) Se Thiago Mello é GCM, então Larissa não é jornalista.
- D) Ou Thiago Mello não é GCM ou Larissa não é jornalista.
- E) Thiago Mello não é GCM e Gedson é engenheiro.

QUESTÃO 57

Seja a proposição composta "Se a viatura foi vistoriada e reformada, então Professor Tiago Mello é o motorista se, e somente se, fez o concurso e foi aprovado". De acordo com a lógica proposicional, o total de proposições simples da frase é igual a:

- A) 2
- B) 3
- C) 4
- D) 5
- E) 6

QUESTÃO 58

Em uma caixa, há exatamente 10 munições, sendo 6 delas de calibre .40 e as demais, de calibre 9mm. Exatamente duas munições serão retiradas aleatoriamente da caixa, uma de cada vez, sem reposição. A probabilidade de que se obtenha pelo menos uma munição de calibre de 9mm é

- A) $1/3$.
- B) $2/5$.
- C) $1/2$.
- D) $2/3$.
- E) $3/5$.

QUESTÃO 59

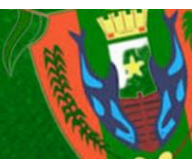
Em um curso de formação da Guarda Municipal de Tamandaré - PE, há 9 homens e 5 mulheres. O instrutor precisa escolher 4 alunos para formar um grupo, mas com a condição de que haja pelo menos 2 mulheres no grupo. Determine de quantas maneiras diferentes o instrutor pode formar esse grupo.

- A) 230.
- B) 455.
- C) 430.
- D) 325.
- E) 500

QUESTÃO 60

Dada a sentença "Não é verdade que: Lucas é o Prefeito da cidade ou Maria é servidora", é logicamente equivalente a frase:

- A) Lucas não é o Prefeito da cidade ou Maria não é servidora
- B) Lucas é o Prefeito da cidade e Maria não é servidora
- C) Lucas é o Prefeito da cidade ou Maria não é servidora
- D) Lucas não é o Prefeito da cidade e Maria não é servidora
- E) Ou Lucas não é o Prefeito da cidade ou Maria não é servidora





online



GUARDA MUNICIPAL DE TAMANDARÉ-PE 2026

ATUALIZADO PÓS-EDITAL

PDF

Conteúdos
em PDFs



Super Combo
de Simulados



Carga Máxima
IGEDUC



Semana da
Ultrapassagem



Linha de
Partida



Vídeo Aulas
+Super Resumos
em vídeos (IA)



Linha de
Chegada



Lives Primes



Conteúdos
Esquematizados



Livros Digitais
Objetivos (LDO)



EstouPreparado.com.br